



Agenda Brasil Sustentável: Eleições 2014

Tema: Reforma Política

Em março deste ano, dezenas de organizações da sociedade civil articularam-se na Agenda Brasil Sustentável (www.agendabrasilsustentavel.org.br) com o objetivo de exercer um papel propositivo nas eleições de 2014 por meio do estabelecimento de uma plataforma comum, que orientasse o debate programático entre partidos e sociedade.

Com base no balanço avaliativo do que ocorreu durante o primeiro turno, principalmente das dificuldades de se promover um debate claro e transparente entre os candidatos e a população sobre alternativas para um efetivo desenvolvimento sustentável em nosso País, decidimos priorizar, nesse segundo turno, um dos sete eixos que constituem nossa agenda - a "Reforma Política e Fortalecimento da Democracia"-, detalhado nas seguintes propostas:

- **Reforma eleitoral** que aborde: Um novo modelo de financiamento de campanhas e de partidos políticos; Barateamento das campanhas eleitorais; Criação de mecanismos que garantam a diversidade no congresso (mulheres, negros, indígenas);
- Nova regulamentação de mecanismos de **democracia direta** e aperfeiçoamento da **democracia participativa**;
- Implementação de mecanismos de **controle social** e prestação de contas;
- Regulamentação do novo **marco regulatório para as organizações da sociedade civil**;
- **Democratização** dos partidos políticos, do sistema de Justiça, da informação e da comunicação.

Constatando que as candidaturas vêm apresentando mais diretrizes do que propriamente compromissos claros e objetivos com os diversos temas, as organizações reforçam também a importância de se aprovar a Proposta de Emenda Constitucional 10/2011, que institui a obrigatoriedade de apresentação de planos de metas para todos os prefeitos, governadores e presidentes da República.

Esta iniciativa é congruente com os princípios com que conclamamos a reforma política, em especial, pelas premissas de fundamentação das decisões em levantamento de demandas de interesse público e de discussão com a sociedade das prioridades eleitas pelo candidato, ainda em época de campanha.



A PEC está na fase final de tramitação, após ter passado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), por duas Audiências Públicas, e ser aprovada na Comissão Especial por unanimidade pelos deputados integrantes da comissão.

Assim, neste momento em que o País se prepara para o segundo turno das eleições majoritárias, a Agenda Brasil Sustentável tem a reforma política e a aprovação da PEC do Programa de Metas como temas centrais de nossa estratégia. Tomamos essa decisão também inspirados pelo impressionante resultado obtido pelo plebiscito popular organizado pela Plenária Nacional dos Movimentos Populares, que conseguiu mobilizar quase oito milhões de brasileiros durante a Semana da Pátria. Em urnas espalhadas por diversos pontos das capitais e em milhares de cidades do País, ou em voto eletrônico na internet, a população manifestou sua opinião sobre a realização de uma constituinte exclusiva para realizar uma Reforma Política no Brasil.

O resultado do plebiscito pela reforma política e as eleições.

O resultado da votação foi divulgado pela Plenária no último dia 24 de setembro e os números são impressionantes:

- Votaram 7.754.436 eleitores;
- Deste total, 97.05% optaram pelo “Sim”, isto é, querem uma assembleia constituinte exclusiva para a reforma política no país. Apenas 2,57% foram contrários à proposta.

É um resultado impressionante: o número de votantes foi cinco vezes maior do que a marca atingida por outra iniciativa popular, a que criou a lei da Ficha Limpa.

Vale lembrar que o voto não era obrigatório!

Uma demanda social que não se pode mais calar

O Plebiscito foi um sucesso, apesar do boicote dos meios de comunicação tradicionais, antes, durante e depois do plebiscito realizado.

Em primeiro lugar, porque várias organizações de todos os lugares do País se juntaram numa campanha unificada em favor da reforma política. Com isso, o tema ganhou repercussão nacional e chegou a todos os estados e Distrito Federal, por meios alternativos à grande mídia. Em segundo lugar, porque o processo de consulta foi pedagógico. Os cidadãos e as cidadãs tomaram conhecimento do funcionamento do atual do sistema político, das propostas que existem para reformá-lo, do porquê de uma Assembleia Constituinte exclusiva. A sociedade teve uma rara oportunidade de discutir assuntos fundamentais para o País melhor que desejamos construir.



Em terceiro lugar, porque a participação no plebiscito deixou claro que as pessoas querem mudanças no sistema político e entendem que isso é tarefa para uma assembleia constituinte exclusiva. Assim sendo, não há como os partidos, o Congresso e os candidatos em 2014 fazerem “vista grossa” a essa demanda.

Próximos passos

Estariam as candidatas e os candidatos eleitos, assim como aqueles que concorrem no segundo turno, dispostos a honrar esses 7,7 milhões de votos e tomar as medidas necessárias para fazer avançar a vontade popular?

Nos dias **14 e 15 de outubro** os resultados do plebiscito foram entregues aos três poderes: Dilma Rousseff, presidente da República, Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, e Renan Calheiros, presidente do Congresso Nacional.

É importante lembrar que vários candidatos que foram eleitos no pleito de domingo votaram nesse plebiscito. E que a reforma política foi tema da campanha, embora não com a proeminência que deveria ter. Todavia, a participação no plebiscito mostra que os brasileiros dão importância ao tema.

Reforma política para quê e para quem?

A eleição de 2014 tem sido marcada pelo discurso da mudança. Mudar o que? Mudar para quê? Mudar como?

Os quase 8 milhões de votos do plebiscito popular indicam que precisamos mudar o jeito de escolher nossos representantes e garantir que o povo seja ouvido nas decisões importantes. Isto significa aperfeiçoar nossa democracia participativa e representativa.

Os brasileiros querem mais qualidade de vida. Para isso, é preciso mexer na estrutura produtiva do País, criando condições de investimento para que ela se volte às demandas de bem estar da população brasileira. Isso é economia e é política também, porque vai proporcionar um novo ambiente de participação e diálogo que certamente favorecerá a construção de uma nova relação entre o público e o privado.

Para que as demandas históricas de bem estar social, cultural e de lazer sejam atendidas, é preciso que as instituições políticas do País ampliem suas bases e reforcem seu compromisso com as demandas da população. Precisamos de um Congresso Nacional que expresse a vontade popular e, para isso, precisamos de novas regras para o sistema eleitoral e partidário e um novo modelo de financiamento de campanhas eleitorais e partidos políticos.



Hoje, partidos e candidatos dependem de doações de empresas para conseguirem levar adiante campanhas eleitorais. E a cada novo ciclo, essas campanhas ficam mais caras. Não é exagero afirmar que as eleições livres, fundamento principal da democracia, foram sequestradas pelo poder econômico no Brasil. O atual modelo de financiamento de campanhas é a raiz da maior parte da corrupção e do desvirtuamento da gestão pública em nosso País. Uma reforma política precisará encarar esse fato e decidir: haverá limite para doações particulares? Haverá apenas o financiamento público?

Também entra na discussão o sistema de representatividade: queremos o modelo atual, de voto proporcional, no qual um partido que tenha 15% dos votos, garante 15% das cadeiras do parlamento? Voto distrital, em que cada distrito elegeria um representante por maioria simples? Voto distrital misto, em que o eleitor vota num candidato e num partido?

A reforma política é necessária para gerar maior representatividade e participação dos diversos grupos da sociedade. Com isso, acarretará maior transparência nas decisões, principalmente naquelas que dizem respeito aos gastos e investimentos públicos. Os projetos teriam de ser expostos ao debate público nacional, tornando a aplicação dos recursos mais eficiente e controlada, reduzindo, com isso, a corrupção.

Não será fácil levar adiante o projeto de reforma política, porque mexe com privilégios profundamente arraigados em nosso país. Mas sem esta mudança não haverá outras mudanças. Sem a reforma política não haverá desenvolvimento sustentável.

Da mesma forma como desejamos que os candidatos e candidatas recepcionem a vontade popular expressa no plebiscito cabe a nós, sociedade civil organizada, fazermos o mesmo. É a continuidade virtuosa do processo iniciado.

A reforma política e a PEC do Programa de Metas não resolvem todos os nossos problemas. São portas de entrada de um novo caminho que a sociedade brasileira mostrou que está ansiosa por trilhar. Por aí podemos acreditar em mudanças de fato e para melhor.